



A barbárie como regra da ditadura: mentiras, enganos e corrupção em *K.* – *Relato de uma Busca*

Barbarism as a rule of dictatorship: lies, deceit and corruption in K. – Report of a Search

Dossiê

Antônio Schimeneck*

ORCID: 0000-0001-9790-9699

E-mail: antonioamalivros@gmail.com

Recebido: 10/10/2021

Aprovado: 25/01/2022

Resumo:

A ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, foi uma das mais longevas da América Latina. Durante 21 anos, militares se revezaram no poder a partir de um golpe de Estado apoiado por parte da população, da mídia e de setores religiosos. O longo processo de redemocratização culminou no abafamento do passado: a anistia. Entre tantas leituras possíveis de *K.* – *Relato de uma Busca*, está a forma como os militares tratavam os opositores ao sistema. A completa negação aos Direitos Humanos se amplifica na tortura e nos desaparecimentos. Para além disso, há a negação dos fatos, o que gera um sofrimento atroz para quem busca por entes queridos sequestrados pelo governo. Bernardo Kucinski aponta o *modus operandi* à brasileira: uma rede de mentiras, enganos e corrupção nas entranhas do sistema ao qual *K.* acaba se submetendo em busca da filha desaparecida pelos carrascos da ditadura.

Palavras-chave:

Ditadura. Polícia. Direitos. Violência. Memória.

Abstract:

For 21 years, the military took turns in power after a coup d'état supported by the population, the media and religious sectors. The long process of re-democratization culminated in the smothering of the past: amnesty. In *K.* – *Report of a Search*, among so many possible readings, is how the military treated the opponents of the system. The complete denial of human rights is amplified in torture and disappearances. In addition, there is the denial of the facts, which creates atrocious suffering for those who look for loved ones kidnapped by the government. Bernardo Kucinski points out the Brazilian *modus operandi*: a network of lies, deceit, and corruption in the bowels of the system to which *K.* ends up submitting himself in search of his missing daughter by the executioners of the dictatorship.

Keywords:

Dictatorship. Police. Rights. Violence. Memory.

* Mestrando em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 A ditadura que não acabou

Há um capítulo no livro *K. – Relato de uma Busca*, do escritor, jornalista e professor Bernardo Kucinski, atravessado por profunda melancolia. Sim, quem leu o livro sabe que toda a narrativa é marcada pela barbárie da ditadura, então, há pouco espaço para flores. Os espinhos se sobrepõem. É preciso que assim seja. O capítulo em questão se intitula “Imunidades, um Paradoxo”; nele, o pai em busca da filha desaparecida pelo regime militar já não teme a repressão, tornando-se ícone, até uma ameaça ao sistema: “Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo” (KUCINSKI, 2016, p. 78). Nesta e em outras passagens da obra, K. expõe a dor de quem teve alguém desaparecido pela esmagadora máquina da ditadura brasileira. Mas da constatação de que ele é imune, por ser uma memória-ameaça, há uma predição do futuro: “Alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para a maioria, nunca se desviou” (KUCINSKI, 2016, p. 79).

A ditadura militar brasileira, a mais longeva da América Latina, começou com um golpe ao então presidente João Goulart. Em nome de uma possível ameaça comunista, uma parte dos militares, desde a renúncia de Jânio Quadros, organizou-se e atacou mais uma vez a frágil democracia brasileira: “o golpe de 1964 foi um atentado à legalidade e à constituição, instaurando um regime de exceção em que as liberdades democráticas eram tolhidas por um regime opressor” (FIGUEIREDO, 2017, p. 14). Num primeiro momento, houve amplo apoio de boa parte da população, de empresários, de religiosos e da imprensa. O que se esperava é que as reformas de base promulgadas por Goulart no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, fossem extintas: “Os militares brasileiros não estavam confrontados por uma ‘subversão’ atuante e violenta da esquerda quando deram o golpe de Estado em 1964: o que havia era o risco de ampliação de conquistas populares, como a reforma agrária” (FICO, 2020, p. 31). Os militares tomaram o poder para restabelecer o bem-estar democrático. Permaneceram por 21 anos, e seus efeitos ainda hoje se fazem sentir.

O processo de abertura foi um tanto demorado, pois ela deveria ser “lenta, gradativa e segura” (GASPARI, 2014a, p. 28). A anistia instaurada sob jugo dos militares perdoou tanto os perseguidos políticos, como os militares, e todos que estavam a serviço da máquina de repressão. Sobrevieram o silêncio e, junto dele, o esquecimento, como expõe Eurídice Figueiredo (2017, p. 26): “No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção”. Essa característica apolítica retoma a percepção do narrador de *K. – Relato de uma Busca* exposta antes. Mesmo durante a ditadura, a maioria da população parecia não perceber o que acontecia no país, a normalidade era, e continua sendo, a regra.

Por um lado, havia o método de reprimir a informação através da censura, mas os indícios de que algo ia mal eram evidentes, já que forças opostas ao regime se manifestavam, como em parte da igreja católica, em sua ala mais progressista. É deste grupo que surge o trabalho coordenado pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns na Cúria Metropolitana de São Paulo, que reunia e catalogava depoimentos que, mais tarde, deram origem ao documento histórico *Brasil: Nunca Mais*. A falta de memória, intencional ou não, desemboca no que Maria Rita Kehl (2010) explicita: “Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade” (KEHL, 2010, p. 126).

Para além do esquecimento, há o fato de que os militares nunca deixaram o poder, já que coube a eles o lentíssimo processo de reabertura, bem como a instituição da anistia e uma interferência direta no processo de elaboração da Carta Magna de 1988: “Embora muitos temas da Constituição tenham recebido um tratamento progressista, este não foi o caso das relações civil-militares. A Constituição manteve prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada” (ZAVERUCHA, 2010, p. 41). Os militares, nesse arranjo constitucional, se mantêm em uma relação dúbia com os poderes estabelecidos: de um lado precisam protegê-los e por outro há brechas para intervencionismos: “O artigo 142 diz que as Forças Armadas ‘destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem’. Mas, logicamente, como é possível se submeter e garantir algo simultaneamente?” (ZAVERUCHA, 2010, p. 48).

Há uma instituição que se manteve praticamente intacta no processo constitucional – a Polícia Militar:

A partir, principalmente, de 1969, auge da repressão política, houve uma reversão nas funções das polícias. As Polícias Militares saíram de seu aquartelamento e foram lançadas nas ruas com o objetivo de fazer o papel de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, aí incluindo o controle do tráfego de veículos. (ZAVERUCHA, 2010, p. 56).

Aparelhada para servir aos interesses da ditadura, o atual sistema policial continua em seu trabalho de repressão, como se tivesse um inimigo interno e houvesse uma guerra contra ele. Os dados são alarmantes:

Só em 2013, 2.212 pessoas foram mortas pelas polícias brasileiras, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Isso quer dizer que ao menos seis foram mortas por dia, ou um a cada 100 mil brasileiros ao longo do ano. No mesmo período, a polícia norte-americana matou 461 pessoas. Já as corporações do Reino Unido e do Japão não mataram ninguém. (MENA, 2015, p. 212).

Além de matar, a polícia brasileira também morre em larga escala: “em 2013, 490 policiais civis e militares foram mortos em serviço ou durante folgas” (MENA, 2015, p. 222). Essa corporação, à época de seu engendramento, tinha objetivos bem específicos:

A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e adestrando-a, e expandiu o espectro de sua abrangência, que passou a incluir militantes de classe média. Ainda assim, foi esse regime que instituiu o modelo atualmente em vigência. (SOARES, 2015, p. 401-402).

O ano de 2013 foi marcado por uma série de manifestações populares motivadas pela alta da passagem de ônibus. Com o passar do tempo, aglutinou outras causas, como a bandeira da anticorrupção. Uma nova escalada de autoritarismo também veio com força nessa onda de protestos. Antônio Sanseverino faz um diagnóstico certo dessa realidade:

A atual situação política do país está atravessada pelas marcas do autoritarismo, que ascendeu ao poder pelo voto através de um presidente que tem como herói um torturador, que defende metralhar os adversários derrotados, que não consegue conviver com a imprensa livre, despreza o conhecimento científico, exalta uma ‘verdade’ supostamente religiosa, sem base racional alguma, que se alia a neoliberalismo defasado, que, por sua vez, também não respeita a ordem democrática... (SANSEVERINO, 2020, p. 259-260).

E por aqui, voltamos ao livro de Kucinski. Para além de todas as abordagens possíveis, está a violência policial e institucional do Estado brasileiro. Vale procurar na trajetória de K. o tratamento por ele recebido das autoridades, conhecer o *modus operandi* da ditadura e buscar saídas para que a democracia se estabeleça e cumpra seu papel em plenitude no país. Mas, para isso, antes de entrar nessa seara, é bom conhecer um pouco desta obra visceral.

2 O livro de Kucinski

K.- Relato de uma Busca teve sua primeira edição publicada em 2011 pela Editora Expressão Popular, depois, migrou para a extinta Cosac Naify. Em 2016, o livro passou a fazer parte do catálogo da Companhia das Letras. A obra tem muito de autobiográfico. Isso fica claro já no texto de abertura, advertindo o leitor: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2016, p. 7). A história da irmã de Bernardo tem seu relato na obra *Brasil: Nunca mais*, publicada originalmente em 1985:

O drama que cerca a família do desaparecido pode ser avaliado ao se analisar o caso de Ana Rosa Kucinski Silva, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e militante da ALN, que desapareceu no dia 22 de abril de 1974, junto com o seu marido, Wilson Silva, em São Paulo. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p. 265).

Os fatos históricos e biográficos identificáveis no livro estão cercados de muita ficção. Tudo arranjado numa costura de narrativas que vão dando sustentação e validade ao drama do velho K., um imigrante polonês que vive em São Paulo depois de fugir dos horrores da guerra em seu país de origem. Um câncer levara a primeira esposa que, há tempos, apresentava um quadro de depressão profunda devido à morte dos parentes em campos de extermínio na Polônia. Tivera com ela dois filhos homens e a caçula que, deixada de lado pela mãe, tornou-se a preferida do pai. K. casou-se novamente, mas a filha não se dava bem com a madrasta. Os filhos já estavam longe, vivendo no exterior.

A sina em busca da filha inicia, ao cessarem as ligações telefônicas. Primeiro, K. vai ao endereço deixado pela filha, depois à universidade na qual a ela trabalhava, onde só encontrou silêncio ou informações pela metade: “Desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder” (KUCINSKI, 2016, p. 13).

Da universidade ele vai para os conhecidos, depois ao Instituto Médico Legal, às delegacias, aos informantes da polícia, aos órgãos internacionais. O paradeiro da filha é um mistério. Aos poucos, ele entende que ela não vai voltar, mas ele não pensa em desistir de sepultar os restos mortais da filha. Saber da morte dela oficialmente, informação que os aparatos da repressão não estão dispostos a dar: “Essa tomada de consciência de K. é feita aos poucos, penosamente, e nunca como confirmação definitiva por parte das autoridades. Para o leitor, no entanto, tal morte é sustentada, performaticamente relatada em detalhe, numa cena-chave de deslocamento de voz” (CURY, 2020, p. 61).

A estratégia de deslocamento de voz é bastante utilizada na obra, chegando a se assemelhar com passagens análogas à trama, como o capítulo “A terapia”, no qual se ficcionaliza a possível forma da morte da irmã do escritor. Há indícios, pelos depoimentos do delegado Claudio Guerra, hoje bispo evangélico, à Comissão Nacional da Verdade e, mais recentemente, em sua participação no documentário *Pastor Claudio*, da cineasta Beth Formaginni, de que os fatos se deram de

forma diversa. Ele era, à época da ditadura, responsável pelo desaparecimento de corpos de presos políticos. Segundo Claudio, Ana foi brutalmente torturada e violentada. Ele próprio a incinerou, junto do marido, num forno da Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, no Rio. Kucinski parece não ter tido coragem de descrever o sofrimento e a degradação pelos quais a sua irmã, Ana, foi submetida na vida real. Preferiu dar a ela, pelo menos ficcionalmente, uma morte rápida. Outra narrativa aparentemente deslocada do eixo principal é *O livro da vida militar*, na qual um militar da reserva, crítico à ditadura, descreve as mazelas da política interna do quartel: “Nesse exército de oportunistas as únicas batalhas são as travadas por cada um contra seu igual, na disputa pela promoção” (KUCINSKI, 2016, p. 123).

Além desses recortes distantes da personagem principal, mas que ajudam a montar o cenário do romance, temos um narrador externo que se apresenta no início e no final da narrativa numa perspectiva de futuro: “Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada” (KUCINSKI, 2016, p. 160). Esse narrador focaliza internamente a personagem K., dessa forma, sabemos exatamente como ele pensa, sente e percebe os fatos: “Naquela noite sonhou ele menino, os cossacos invadindo a sapataria do pai para que lhes costurasse as polainas das botinas” (KUCINSKI, 2016, p. 12).

3 A barbárie disfarçada de Estado

Durante a leitura de *K. – Relato de uma Busca*, chama a atenção o tratamento dado pelas instituições públicas que, numa realidade de normalidade democrática, deveriam estar a serviço dos cidadãos. Claro, é esperar muito de um regime ditatorial que, já por sua natureza impositiva, traz em si o germe da corrupção. Durante o processo de busca pela filha, K. percebe o hermetismo do Estado. Este, para ele, “não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível” (KUCINSKI, 2016, p. 13). Figueiredo (2017, p. 14) é certeira na definição da qualidade dos designados para arrancar as verdades dos presos políticos: “O que me parece relevante abordar é como as autoridades do país deram carta branca a policiais militares, muitos deles verdadeiros psicopatas, a fim de eliminar pessoas de forma sistemática, simulando teatrinhos ou descartando os corpos como se fossem animais”. K. foi vítima dessa máquina perversa que esmagou quem ousou levantar a voz contra os abusos e a falta de liberdade. Maria Rita Kehl descreve essa realidade:

‘Resistência seguida de morte’, assim agentes das polícias militares, integrantes do Exército brasileiro e diversos matadores *freelance* justificavam as execuções de supostos inimigos públicos que militavam pela volta da democracia durante a ditadura civil militar, a qual oprimiu a sociedade e tornou o país mais violento, menos civilizado e muito mais injusto entre 1964 e 1985. (KEHL, 2015, p. 1483, grifo da autora).

K., segue o padrão natural de quem tem um ente querido desaparecido: vai à residência da pessoa, depois ao trabalho, aos conhecidos, às autoridades, aos necrotérios. Uma das características dos regimes ditatoriais é não só torturar quem é tido como subversivo. Essa tortura se estende também aos familiares. K. sofre sozinho: “Os dois filhos, longe, no exterior. A segunda esposa, uma inútil” (KUCINSKI, 2016, p. 13). A falta de informações sobre o paradeiro da filha faz K. adentrar no submundo da política da ditadura. Esse silêncio por parte das autoridades

autoconstituídas, faz com que ele compare o regime brasileiro com o nazista: “Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro” (KUCINSKI, 2016, p. 19). Por aqui, além da barbárie, o silêncio e a mentira. Vale lembrar que, “quando o Estado, que deveria proteger a sociedade a partir de suas atribuições constitucionais, investe-se do direito de mentir para encobrir seus próprios crimes, ninguém mais está seguro” (KEHL, 2015, p. 1496).

A mentira fazia parte do método de tortura psicológica aos familiares que insistiam na busca por seus entes queridos desaparecidos. Assim, K. é informado de que a filha teria fugido para Portugal. Ele sabia que isso não poderia ter sucedido, por conhecer a filha: “Mentira feia. A filha não o faria sofrer assim. Mesmo não podendo contatar o Brasil, de Portugal poderia se comunicar com parentes em Israel, ou com o irmão na Inglaterra” (KUCINSKI, 2016, p. 30). No capítulo intitulado “A abertura”, temos um bom exemplo de como funcionava a fabricação da enganação e da tortura psicológica. Aqui, alguns agentes da ditadura são nomeados, como Golbery, um dos articuladores da ditadura e desarticulador também, descrito por Elio Gaspari desta forma:

Geisel mandou chamar seu chefe de Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva. E veio o *Bruxo, Satã, Satânico Dr. Go, Corcunda, Dr. Gol, Corca, Genedow* — Golbery, aos 66 anos, era a eminência parda do governo. Não falava em público, não dava entrevistas, deixava correr a lenda segundo a qual não conversava com jornalistas. Estava por trás de tudo, inclusive das coisas com as quais nada tinha a ver. (GASPARI, 2014a, p. 25, grifos do autor).

É nesse momento de início de abertura comandada por Golbery, que Fleury, a personagem protagonista do capítulo citado, destila sua estratégia e seu modo de resolver os problemas que porventura cruzem seu caminho: “Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta” (KUCINSKI, 2016, p. 63).

Como as instituições brasileiras não lhe dão respostas, K. decide buscar ajuda fora do Brasil. Em Nova York, vai ao escritório do *American Jewish Committee*; em Londres, à Anistia Internacional; em Genebra, à Cruz Vermelha. Sempre a mesma imprecisão e a constatação de que não há vontade política de intervir, pelo menos através da crítica, ao sistema repressor do Brasil: “Ao falar da ditadura, K. lembra-se com desgosto da Comissão de Direitos Humanos da OEA que rejeitara sua petição de modo muito cínico. Disseram que, segundo o governo brasileiro, nada constava sobre a filha. É claro, foram perguntar aos bandidos se eles eram bandidos (KUCINSKI, 2016, p. 50)”.

Se K. sofreu extorsão financeira na tentativa de encontrar informações sobre a filha? Claro. A corrupção é velha companheira da história do Brasil. Não seria diferente no meio mais propício: o autoritário. Esse fato realmente aconteceu e é citado no livro *Brasil: Nunca mais*:

Não bastasse o desespero da procura, a família de Ana Rosa ainda veio a ser vítima de um processo de extorsão e chantagem por parte de pessoas ligadas ao DOI-Codi-II Exército [sic]. Alguns militares e informantes daquele órgão montaram um plano para extorquir dinheiro em troca de informações acerca de seu paradeiro. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1996, p. 265).

Toda essa barbárie tinha o conhecimento das altas autoridades brasileiras, mesmo que, durante o regime, houvesse a tentativa de negação. Gaspari (2014b) traz luz sobre essa realidade: “A ambiguidade obriga o governo a manter ao mesmo tempo uma situação mentirosa e um mundo clandestino. É comum que presidentes ou ministros neguem a existência de delitos usualmente praticados em suas administrações” (GASPARI, 2014b, p. 23).

E como se não bastasse a violência física promovida pelo Estado, o silêncio diante do sequestro e sumiço de presos políticos, essa realidade de degradação humana ainda promovia a culpa nos familiares que ficavam sem respostas. Em *K.* o drama da culpa aparece de forma contundente. Ele pensava que o envolvimento político da filha teria origem no segundo casamento, ou no tempo dedicado ao iídiche, em resumo, “Sentia a perda prematura da filha como punição, por seu coração estar sempre na literatura, nos amigos escritores” (KUCINSKI, 2016, p. 151). Uma culpa que não é dele, nunca foi.

No auge da repressão, de 1969 a 1975, os agentes tinham carta branca para agir e verbas secretas para gastar. Usaram os métodos dos grupos de extermínio e foram premiados com promoções e comendas. Mesmo quando receberam um basta, no governo Geisel, eles nunca foram punidos. Muitos se sentiram traídos, frustrados, por não poderem continuar matando e torturando impunemente, e o que é pior, em nome da lei. (FIGUEIREDO, 2017, p. 38).

Alguns dos culpados continuam livres e flertando com o poder político brasileiro.

4 O autoritarismo floresce

K. está só. Os filhos longe, no exterior. A filha desaparecida. Da segunda esposa, pouco sabemos, dela pouco se fala na narrativa. Os amigos e conhecidos evitam falar sobre a ditadura. A própria religião, que deveria ter uma prerrogativa de acolhimento, pelos seus princípios, critica o pai em sua busca por preparar um ritual de despedida, em virtude da morte da filha:

O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma *matzeivá*; mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista? (KUCINSKI, 2016, p. 70, grifo do autor).

Mesmo sabendo que a filha não mais vive, ele segue buscando, mesmo que a procura seja inútil. Ele quer o corpo, precisa dessa prova material. Nesse sentido, o narrador apresenta duas perspectivas, a de *K.*: “[...] depois de tantos informes falsos, tantas buscas inúteis, já se viciara em buscar apenas por buscar, para não ficar parado” (KUCINSKI, 2016, p. 85), e a dos militares, personificados no delegado Fleury:

Está errado a gente ficar esticando a esperança desses porras, com essas histórias que estão no Juqueri, no exterior. Eles já sabem que é enganação, mas ainda querem se enganar. E nós ajudamos. Temos que fazer o contrário; podemos dar a mesma canseira, desmoralizar os porras do mesmo jeito e até pior, espalhando que os corpos estão enterrados cada vez em outro lugar. (KUCINSKI, 2016, p. 65).

Sempre o espectro da mentira e da enganação rondando as operações da ditadura militar. Vejamos essa realidade na ficção: “Hábitos criam valores. A prática da traição e da dissimulação incorpora-se ao éthos militar. Os valores invertem-se. [...] No lugar da bravura a crueldade, a desonra em vez da honra, o povo pobre como inimigo, a maldade levada ao infinito” (KUCINSKI, 2016, p. 124). Partamos agora para a realidade brasileira. Não é difícil constatar que na narrativa criada por Bernardo Kucinski, a relação do Estado com a tortura e o arbítrio vêm de longe:

Nunca faltaram capatazes nem capitães-do-mato para caçar, supliciar e matar escravos fugitivos ou rebeldes. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e adestrando-a, e expandiu o espectro de sua abrangência. (SOARES, 2015, p. 398).

Muito embora tenha havido uma exaltação à figura dos militares nos últimos tempos, segundo dados estatísticos referentes à polícia brasileira, “70% da população do país não confia na instituição, e 63% se declaram insatisfeitos com sua atuação. O medo diante da polícia também é registrado em cifras: um terço da população teme sofrer violência policial, e índice semelhante receia ser vítima de extorsão pela polícia” (MENA, 2015, p. 229). Os próprios policiais não estão contentes com sua situação: “74% apoiam a desvinculação do Exército e quase 94% querem a modernização dos regimentos e dos códigos disciplinares” (MENA, 2015, p. 265). Além disso, “segundo a pesquisa da FGV, 95% dos policiais afirmam que a falta de integração entre as diferentes polícias torna o trabalho menos eficiente, 99,1% avaliam que os baixos salários são causa desse problema e 93,6% apontam a corrupção como causa do mau serviço prestado à sociedade” (MENA, 2015, p. 298), o que leva a pensar que uma reforma nesse setor é imprescindível e que a desmilitarização talvez seja uma saída possível para a desvinculação das polícias com a herança maldita da ditadura militar. Além disso, a sanha de poder político dos militares precisa ser neutralizada, delimitando-se claramente o papel das Forças Armadas: “os militares brasileiros continuam a exercer influência política e detém prerrogativas incompatíveis com um regime democrático” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 75).

Para além disso, se faz necessária uma mudança de mentalidade dos brasileiros em relação ao enfrentamento dos fatos históricos. Soares (2015), escreve que: “A sociedade não olhou o horror nos olhos, não chamou os crimes da ditadura pelo nome, acomodou-se na pusilanidade dos eufemismos” (SOARES, 2015, p. 23). Também não haverá cicatrização da ferida nacional provocada pela repressão enquanto os crimes não forem devidamente punidos, já que a tortura e o desaparecimento de pessoas são crimes imprescritíveis: “De acordo com o direito internacional e a jurisprudência interamericana, em caso de graves violações de direitos humanos, como as que ocorreram nesse período, o Estado tem o dever de investigar e punir” (TELES, 2010, p. 254).

As últimas eleições democráticas no Brasil protagonizaram a volta massiva de militares ao poder. “Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765)” (LIS, 2020, n. p.). Vilma Rosa analisa essa ascensão do autoritarismo:

Em momentos anteriores, para se manter no poder, os ditadores simplesmente rasgavam a Constituição e eliminavam seus opositores. Hoje, os líderes autoritários têm recursos mais sutis para abusar do poder. Por exemplo, com a manipulação de instâncias judiciais, prendem políticos rivais sob a acusação de corrupção, excluindo-os da disputa política; com o auxílio de novas tecnologias de comunicação espalham *fake news* com o intuito de destruir imagens de opositores; propagam discursos radicais, mas sempre se utilizando de recursos de retórica dúbia, para poder recuar a qualquer momento, se necessário for. Enfim, instrumentos autoritários nos efeitos, mas democráticos nas aparências. (ROSA, 2020, p. 90, grifo da autora).

E se a mentira foi o *modus operandi* da ditadura brasileira, um dos representantes mais ferrosos desse período, exaltador de torturadores, ocupa a cadeira presidencial e, mesmo trazendo em seu discurso um versículo bíblico que tem a verdade como premissa, a prática é bem diferente:

Assim é Bolsonaro. Um mentiroso, que quando não inventa fatos, distorce, conta meias-verdades, oculta maliciosamente, imputa culpas a terceiros e elucubra explicações paranoicas para encobrir sua maldade colossal e gigantesca incompetência. A agência de checagem Aos Fatos mantém um placar interessante sobre as patacoadas do presidente. Do início do mandato até 13 de maio, foram 2.985 declarações falsas ou distorcidas. Média de 3,5 patranhas por dia, um escândalo suficiente para naturalizarmos o fato de que o presidente do país simplesmente não é uma pessoa confiável. (RATIER, 2021, n. p.).

Restam as narrativas literárias como memória diante da realidade de esquecimento na qual a sociedade brasileira está mergulhada: “a literatura do trauma permanece ainda assim um espaço privilegiado de registro do horror” (CURY, 2020, p. 65). Talvez sejam elas, as histórias, que nos salvarão e apontarão um futuro possível longe da apatia nacional.

Referências

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Memória e resistência: figurações da ditadura na literatura brasileira contemporânea. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; THOMAZ, Paulo C. (org.). *Literatura e ditadura*. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 50-72.
- FICO, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras & posts*. “[S. l.: s. n.] 2020. E-book.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.
- KEHL, Maria Rita. Duas chacinas em São Paulo – a mesma polícia, o mesmo governo. In: KUCINSKI, Bernardo *et al.* *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. E-book. pos. 1417-1550.
- KUCINSKI, Bernardo. *K. – Relato de uma Busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. E-book.
- LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. *G1*, Brasília, DF, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2021.
- MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo *et al.* *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. E-book. pos. 203-348.
- RATIER, Rodrigo. O castelo de mentiras de Bolsonaro desabou. Será suficiente? *UOL*, [online], 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2021/05/17/o-castelo-de-mentiras-de-bolsonaro-desabou-sera-suficiente.htm>. Acesso em: 1 ago. 2021.
- ROSA, Vanda. *Autoritarismo*. São Paulo: Lafonte, 2020.
- SANSEVERINO, Antônio Marcos. A urgência da ficção, a impureza do minuto: notas de leitura sobre Essa gente, de Chico Buarque. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020. p. 259-286.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? *In: KUCINSKI, Bernardo et al. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.* São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book.* pos. 350-623.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. *In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. *In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.